

Houve também incremento de receitas importantes, como o ICMS que representa mais de 60% da arrecadação total e teve incremento de mais de R\$ 42.000,00. Tivemos ainda incremento de outras receitas como Imposto de Renda, Taxa de limpeza, COSIP, entre outras.

## 2) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Este subgrupo do grupo do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial apresenta sua composição e especificação de saldos e movimentos conforme a seguir:

CRÉDITOS A CURTO PRAZO		
	2017	2018
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER</b>	<b>10.466.395,21</b>	<b>37.571,13</b>
IPTU	8.561.843,88	9.344,47
ISS	-	-
ITBI	-	5.000,00
<b>TAXAS</b>	<b>1.902.080,12</b>	<b>0,00</b>
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.902.080,12	0,00
<b>OUTROS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>2.471,21</b>	<b>23.226,66</b>
<b>CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER</b>	<b>3.038.731,54</b>	<b>1.705.527,36</b>
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	3.409.924,40	2.076.720,22
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	388.239,05	388.239,05
COTA-PARTE DO ITR - NÃO OPTANTES POR COBRANÇA AUTÔNOMA - E.C. 42/2003	250,94	250,94
(-) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-759.682,85	-759.682,85
<b>CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS - ESTADO</b>	<b>18.693.117,28</b>	<b>18.693.117,28</b>
COTA-PARTE DO ICMS	15.583.172,71	15.583.172,71
COTA-PARTE DO IPVA	850.742,68	850.742,68
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	3.367.323,91	3.367.323,91
(-) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.108.122,02	-1.108.122,02
<b>DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
IPTU	-	-
ISS	-	-
<b>TAXAS</b>	<b>1.369.915,28</b>	<b>982.149,66</b>
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	-
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.369.915,28	982.149,66
<b>DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>411.784,91</b>	<b>413.582,87</b>
<b>TOTAL</b>	<b>33.979.944,22</b>	<b>21.831.948,30</b>

O Município teve graves problemas em relação ao antigo software de contabilidade que estava efetuando registros contábeis automáticos incorretos. Tendo sido contratado sistema novo no final de 2018, e pelo enorme volume de movimentações, não houve tempo hábil para regularizar todos as situações, ficando alguns saldos incorretos que foram corrigidos nos exercícios seguintes.

O grupo de Créditos Tributários a Receber e Dívida Ativa Tributária apresenta os saldos a receber aos quais a Prefeitura tem o direito certo e líquido, que aguardam a regularização por parte dos contribuintes.

Os Créditos de Transferências a Receber são os valores legais e constitucionais que o Município tem direito a receber da União e Estado, até o dia 10 de janeiro do ano seguinte.

## 3) Imobilizado

Conforme a 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua parte II, onde dispõe sobre os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, pág. 166, "o Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens". Assim sendo, informamos relativo a este grupo do Balanço Patrimonial o seguinte detalhamento, considerando a especificação por tipo de bem e respectivas contas, a saber:

IMOBILIZADO		
	2017	2018
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>86.366.459,68</b>	<b>98.160.706,07</b>
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	30.830.163,35	36.526.093,32
BENS DE INFORMÁTICA	16.604.621,04	17.773.821,26
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	12.245.795,91	12.729.508,07
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	2.491.847,11	2.600.225,55
VEÍCULOS	22.775.791,89	26.326.837,89
ARMAMENTOS	282.882,20	541.882,20
SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS PARA MONTARIA	1.470,00	1.470,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.133.888,18	1.660.867,78
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>685.712.290,70</b>	<b>707.277.324,02</b>
<b>Bens de uso especial</b>	<b>461.457.282,39</b>	<b>461.835.564,61</b>
EDIFICAÇÕES	20.656.695,90	23.467.947,56
TERRENOS	3.766.516,23	5.004.368,89
INSTALAÇÕES	91.593,57	93.993,57
<b>BENS DE USO COMUM DO POVO</b>	<b>199.724.144,80</b>	<b>215.220.808,17</b>
<b>BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO</b>	<b>16.057,81</b>	<b>1.654.641,22</b>
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-146.097,00	-146.097,00
<b>TOTAL</b>	<b>771.932.653,38</b>	<b>805.291.933,09</b>

## 4) Intangível

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua 7ª. edição, Parte V, p. 387, o grupo do Ativo Intangível "compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade". Pode também ser definido como "um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais", (p. 176). Ainda segundo o Manual (p. 161), os ativos intangíveis "são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment)".

Quanto ao reconhecimento nas demonstrações contábeis, só é reconhecido quando, cumulativamente: a. for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e b. o custo do ativo possa ser mensurado com segurança (p. 161).

INTANGÍVEL		
	2017	2018
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>7.893,86</b>	<b>7.893,86</b>
SOFTWARES	7.893,86	7.893,86
<b>TOTAL</b>	<b>7.893,86</b>	<b>7.893,86</b>

## 5) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

A Entidade apresenta para este subgrupo do Passivo Circulante a composição e especificação dos seus saldos conforme a seguir:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		
	2017	2018
Pessoal a pagar	23.235.765,73	23.318.586,63
Benefícios previdenciários a pagar	0,00	90.584,50
Encargos sociais a pagar	3.266.922,87	5.026.191,69
<b>TOTAL</b>	<b>26.502.688,60</b>	<b>28.435.362,82</b>

Houve um lançamento de ajuste em 2017 na conta Salários, remunerações e benefícios de exercícios anteriores para regularização e deveria ter sido eliminado em 2018, porém só em 2019 foi efetuado a correção. Tal situação deriva dos problemas de software já mencionados.

Os pagamentos a Pessoal são sempre realizados dentro do mês de competência, portanto, o saldo da conta Pessoal a Pagar normalmente é bem baixo, pois ficam somente aqueles servidores cujo pagamento foi rejeitado por alguma razão bancária, que é efetuado até o início do mês seguinte.

As demais contas do grupo, se referem à encargos sociais e benefícios previdenciários cuja exigibilidade é no início do mês subsequente.



Quatro navios plataformas estão em operação no Parque das Baleias

# Petrobras atinge 1 bilhão de barris no Parque das Baleias

A Petrobras anunciou ontem que atingiu a marca de um bilhão de barris de petróleo produzidos na área batizada de Parque das Baleias. A marca resultou da produção dos campos de Jubarte, Baleia Anã, Cachalote, Caxarú e Pirambú. Nesses locais estão quatro navios plataformas em operação, do tipo FPSO, interligados a 44 poços produtores e 21 injetores.

Segundo a companhia, no primeiro trimestre de

2020, a produção média diária do Parque das Baleias foi de 222 mil barris de óleo e seis milhões de metros cúbicos de gás natural, sendo 71% provenientes de reservatórios no pré-sal. O Campo de Jubarte, o primeiro a ser descoberto na área, em 2001, foi o quarto campo com maior volume de produção no país no primeiro trimestre de 2020.

O Parque das Baleias fica localizado na Bacia de Campos, em alto mar, ao sul do Espírito Santo. ■



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Prazo de entrega da declaração vai até 30 de junho

# Menos da metade dos brasileiros entregou a declaração do IRPF

Em quase três meses de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2020, menos da metade dos contribuintes acertou as contas com o Leão. Até às 11 horas de ontem, 14.786.867 de pessoas haviam enviado o documento à Receita Federal. O total enviado equivale a 46,2% dos 32 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega começou em 2 de março e vai até as 23h59min59s de

30 de junho. Inicialmente, o prazo acabaria no fim de abril, mas a data foi prorrogada por dois meses por causa da pandemia do Coronavírus. A Receita Federal derrubou a exigência do número do recibo da declaração anterior e adiou o pagamento da primeira cota ou cota única para junho. Em relação às restituições, o cronograma dos lotes de pagamento, que começa em maio e acaba em setembro, está mantido. ■